

1 Ata da reunião ordinária nº 1493 do
2 Conselho de Administração da
3 Universidade Estadual de Londrina
4 - UEL, realizada no dia 01 de
5 dezembro de 2021.

6 No dia 01 de dezembro, do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze
7 horas e trinta minutos, na sala virtual, Link: **meet.google.com/hrw-**
8 **vqox-owe**, em razão do isolamento social, decorrente da pandemia de
9 coronavírus, reuniu-se ordinariamente o Conselho de Administração,
10 sob a presidência do Vice-Reitor, Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa,
11 com a presença do Reitor prof. Sérgio Carlos de Carvalho e dos
12 seguintes conselheiros: Viviane Bagio Furtoso, Paulo Cesar Meletti,
13 Silvano Cesar da Costa, Alan Salvany Felinto, Tânia Lobo Muniz, Airton
14 José Petris, Rogério Zanetti Gomes, Patrícia Mendes Pereira, Aron
15 Lopes Petrucci, Leandro Altimari, Antonio Carlos Mariano dos Santos,
16 Davi Miranda, Amauri Alfieri, Mara Solange Gomes Dellaroza, Azenil
17 Staviski, Marta Favaro, Ely Ferreira de Siqueira, Mário Sérgio
18 Mantovani. Convidados: Edmarlon Giroto, Gilson Bergoc, Betty Elmer
19 Finatti, Vivian Feijó, Fábio Pitta, Miguel Ethinger, Débora Maiara,
20 Alberto Durán Gonzáles, Cintia Lara e Lisiane Freitas de Freitas. **I.**
21 **ORDEM DO DIA. 1) Discussão e votação da Ata 1492 de 17 de**
22 **novembro de 2021.** Aprovada sem emendas, com 01 (uma)
23 abstenção. **2) Processo 33694/2012 - ARI - deliberar acerca dos**
24 **instrumentos jurídicos que regulam Acordo de Cooperação a ser**
25 **celebrado entre a Universidade Estadual de Londrina e a**
26 **Universidad de La República Uruguay.** Relatou o Processo o Prof.
27 Dr. Fábio Pitta. Ele informou que se trata de uma Acordo novo, já havia
28 um Acordo Geral e agora são acordos específicos de intercâmbios de
29 estudantes, docentes e técnicos administrativos. Estes Acordos estão
30 sendo solicitados por meio da profª Ana Cristina Albuquerque, do
31 Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. O modelo de
32 Acordo é o da UEL e houve uma pequena solicitação pela UDELAR,
33 que fosse incluído nos Acordos, os números relativos às Resoluções
34 que regem a proteção de direito de propriedade intelectual naquela
35 Universidade. A Procuradoria Jurídica solicitou que o mesmo fosse feito
36 pelo lado da UEL. Como a inovação é o tema do momento, é importante
37 o resguardo com relação a direitos de propriedade intelectual
38 provenientes das Universidades. Foi inserido um item também, sor
39 solicitação da Procuradoria Jurídica, que a propriedade intelectual
40 desenvolvida nos termos do Acordo, deve ser tratada de forma
41 proporcional e mediante consenso entre as partes. O Pró Reitor de
42 Pesquisa e Pós-Graduação, prof. Amauri Alfieri, ratificou o que o prof.

1 Fabio relatou, pois daqui para frente é preciso cuidado, pois temos um
2 Convênio com a EMBRAPA há quase uma década, está sendo
3 renovado agora e uma das solicitações da EMPRAPA foi a colocação
4 dos resguardos da propriedade intelectual. Prof. Fábio relatou ainda,
5 que a ARI vai inserir nos modelos de Cooperação Internacional a
6 sugestão da PJU. O Assessor Jurídico, prof. Miguel Etinger solicitou ao
7 prof. Fábio, uma conversa para definição dessas questões. Colocado
8 em votação, o Conselho aprovou por unanimidade os instrumentos
9 jurídicos que regulam o Acordo de Cooperação a ser celebrado entre a
10 Universidade Estadual de Londrina e a Universidad de La República
11 Uruguay. **3) Processo 8814/2021 - PRORH - deliberar acerca da**
12 **solicitação de mudança de Regime de Trabalho de 40 horas para**
13 **TIDE, de docente do Departamento de Ciência e Tecnologia de**
14 **Alimentos – CCA.** Relatou o Processo o Pró-Reitor de Recursos
15 Humanos em exercício, Ely Ferreira de Siqueira. Ele informou que a
16 prof^a Karla B. Guergoletto está solicitando essa alteração no seu regime
17 de trabalho, foi aprovada em reunião de Departamento e foi instruído
18 pela PRORH que destacou que entre os meses de janeiro a outubro de
19 2021, foram aposentados 38 docentes, sendo 32 em Regime de
20 Trabalho – TIDE e apenas 13 docentes foram nomeados e entraram
21 em exercício nesse período. O Parecer da Proplan ressalta a
22 necessidade de suplementação pelo Estado, o que é uma prática usual.
23 Em entendimento ao disposto no artigo 2º, parágrafo 3ºA, inciso V, da
24 Lei 19594 de 12 de julho de 2018, “o docente poderá excepcionalmente,
25 solicitar alteração do seu regime de trabalho, mediante proposta que
26 será submetida à deliberação do órgão colegiado superior competente
27 da IEES, observando-se a existência de recursos orçamentários e
28 financeiros para as respectivas despesas e prevalecendo sempre o
29 interesse institucional”. O Conselheiro Davi Miranda solicitou
30 esclarecimento em relação ao termo “excepcionalmente” que consta
31 neste artigo citado da Lei 19594/2018. O Procurador Jurídico prof.
32 Miguel esclareceu que está reproduzido o que está escrito na Lei. O
33 Reitor Prof. Sérgio Carvalho esclareceu que na concepção da lei a
34 intenção era de que o Regime de Trabalho – TIDE fosse a regra e que
35 o regime de 40 horas a exceção, por isso o termo excepcionalidade.
36 Segundo ele, esta inversão deverá ocorrer nos próximos concursos. O
37 Conselheiro Antonio Carlos Mariano dos Santos questionou se existe
38 previsão orçamentária para isso. Ely respondeu que o TIDE é regime
39 de trabalho e faz parte das despesas fixas da folha de pagamento. No
40 final do ano o governo faz o fechamento do orçamento de pessoal e
41 encargos e a UEL está dentro desse conjunto que é acompanhado mês
42 a mês, pela Secretaria de Fazenda do Estado, Proplan, Prorh. Há

1 previsão orçamentária para pagar, porque é salário e não dá para
2 confundir com suplementação orçamentária. O Conselheiro Aron Lopes
3 Petrucci relatou que na Lei está escrito: “o docente poderá
4 excepcionalmente solicitar alteração do seu regime de trabalho...” se a
5 palavra excepcionalmente não estivesse ali, o Conselho não estaria
6 discutindo esses casos. O Pró-Reitor de Administração e Finanças,
7 prof. Azenil Staviski esclareceu que quando é aprovado o orçamento,
8 consta a rubrica pessoal e encargos, é um valor global e o Estado vai
9 ajustando a medida que a receita vai se atualizando ao longo do
10 trimestre. O Conselheiro Silvano Cesar da Costa colocou sua dúvida
11 em relação à Lei, no inciso I, §3º do artigo 1º que diz “...o ingresso do
12 servidor em 40 h/s em TIDE para a obrigatória concepção de atividade
13 de ensino, conjugada com pelo menos atividade de pesquisa ou
14 extensão universitária”. Todos os pedidos de TIDE que temos visto no
15 CA, não vem acompanhado de nenhum espelho do projeto. A
16 participação em projetos está sendo exigida? Se sim, isso deveria
17 constar do processo. Prof. Décio esclareceu que é natural que cada
18 docente que entra na Universidade, sendo Tide, participe de algum
19 projeto. O Conselheiro Paulo Meletti ratificou a preocupação do Prof.
20 Silvano e acredita que estamos autorizando que isso possa ser feito e
21 que haja uma vinculação a um projeto. O Reitor informou que a partir
22 do próximo concurso, será colocado Tide, sem vínculo a projeto. A
23 Conselheira Patrícia Mendes Pereira informou que a profª Karla
24 participa de projetos de pesquisa no Departamento e no Centro. O
25 Prefeito do campus, prof. Gilson lembrou que em algumas
26 Universidades quando tem o Concurso, o candidato é obrigado a
27 apresentar um plano de pesquisa ou um plano extensionista. Colocado
28 em votação, o Conselho aprovou com 1 (um) voto contrário, a
29 solicitação de mudança de Regime de Trabalho de 40 horas para TIDE,
30 da docente Karla B. Guergoletto, do Departamento de Ciência e
31 Tecnologia de Alimentos – CCA. **4) Processo 8312/2021 - GR/PJU -**
32 **Apreciar a Resolução C.U 068/2021, assinada ad-referendum do**
33 **Conselho Universitário e que revoga a Resolução C.U 082/2019, de**
34 **23 de dezembro de 2019, que suspendeu os efeitos dos parágrafos**
35 **1º e 3º do artigo 14, do Regulamento de Pessoal da UEL.** Relatou o
36 Processo o Procurador Jurídico, Prof. Dr. Miguel Ethinger. Ele informou
37 que o Regulamento de Pessoal da UEL, no artigo 14, §§ 1º e 2º traz
38 algumas previsões sobre o pagamento do TIDE Administrativo. Este
39 Tide era pago a cargos de chefia, assessoramento e Direção há cerca
40 de 30 anos. Em dezembro de 2019, após um ano turbulento por parte
41 do Ministério Público do Paraná, do Tribunal de Contas do Paraná, da
42 Controladoria Geral do Parana e da Secretaria de Estado da Fazenda,

1 houve uma série de contestações sobre a legalidade do pagamento do
2 Tide administrativo e a UEL fez as defesas em todas as instâncias.
3 Numa tomada de contas extraordinária do Tribunal de Contas, o Reitor
4 foi condenado a pagar uma multa por estar pagando ilegalmente o Tide.
5 Houve também a Recomendação Administrativa nº 02/2019,
6 recomendando que fosse suspenso imediatamente o pagamento sob
7 pena de ajuizamento de ação judicial de improbidade administrativa em
8 face do Reitor, do Pró-Reitor de Recursos Humanos e dos próprios
9 servidores que recebiam o Tide administrativo. Após várias reuniões, o
10 Reitor assinou no dia 23 de dezembro de 2019, a Resolução 82/2019
11 *ad referendum* do Conselho Universitário. Houve vários recursos
12 apresentados pelos servidores, o prof. Décio, no exercício da Reitoria,
13 atribuiu um efeito suspensivo ao recurso e em março houve a reunião
14 do Conselho Universitário que referendou a Resolução 82/2019, que
15 suspendia alguns dispositivos do RPU da UEL, ou seja, aquele
16 dispositivo interno que permitia o pagamento de Tide aos 30 servidores
17 foi suspenso. Houve a aprovação da Lei 20225 de cargos, que foi
18 suspensa pelo Tribunal de Contas e houve o arquivamento da
19 Recomendação Administrativa 02/2019, do Ministério Público, uma vez
20 que o Conselho Universitário havia suspenso o dispositivo do
21 Regulamento de Pessoal que autorizava o pagamento do Tide. Em
22 função de todos esses desdobramentos, o Gabinete da Reitoria
23 juntamente com a Procuradoria Jurídica, recomendou que fosse
24 revogada a Resolução 82/2019. De acordo com o artigo 54 do Estatuto
25 da UEL, compete ao Conselho de Administração exercer orientação
26 administrativa da UEL e propor ao Conselho Universitário, o plano de
27 cargos de salários, onde está inserida a questão do Tide Administrativo.
28 O Conselheiro Silvano informou que sempre defendeu a aplicação da
29 Lei. E que a Câmara de Legislação e Recursos pediu em seu parecer,
30 que fosse incluído o documento do Ministério Público onde o
31 arquivamento se dá justamente porque a Universidade cumpriu a
32 recomendação deles. Temos aí uma nova Resolução suspendendo os
33 efeitos da Res. 82, e particularmente não viu nenhum fato novo para
34 isso e até mesmo em relação a urgência. O Conselheiro Davi Miranda,
35 perguntou sobre quando será reestabelecido o pagamento do Tide
36 Administrativo e se o mesmo será pago para detentores de cargos
37 administrativos que faziam jus antes da suspensão, uma vez que
38 segundo a nova legislação a atribuição do Tide Administrativo é um ato
39 discricionário do Reitor. O Vice-Reitor e o Procurador Jurídico
40 esclareceram que embora a atribuição do Tide seja um ato
41 discricionário do Reitor, há o comprometimento desta gestão de que a
42 partir do momento que obices jurídicos forem solucionados a Reitoria

1 retornará o pagamento aos trinta servidores titulares dos cargos
2 administrativos que recebiam o Tide administrativo antes da
3 suspensão. Por fim, o Conselheiro parabenizou a administração pelo
4 comprometimento em reestabelecer o pagamento do Tide aos
5 detentores de cargos administrativos que faziam jus a percepção do
6 mesmo, quando da interrupção do pagamento. O Reitor Sérgio
7 esclareceu que o Ministério Público questionava a ausência da Lei, mas
8 a Lei existe. A UEL entrou com ação defendendo a autonomia para
9 aplicar a GRA e o Tide administrativo. Não houve sucesso na 1ª
10 instância, está em 2ª instância e as negociações indicam que a partir
11 de 1º/01/2022 poderemos aplicar o Tide. Porém, como ordenador de
12 despesa, precisa que o dispositivo esteja em vigor novamente. O
13 Conselheiro e presidente da Câmara de Legislação e Recursos, Airton
14 Petris, solicitou alteração no parecer da Câmara do dia 19 de novembro
15 de 2021, folha 6 do processo. Onde se lê: “Regimento Geral da UEL”,
16 leia-se “Estatuto da UEL”. A Diretora do Sebec, Betty Finatti ressaltou
17 que a luta vai continuar, independente de receberem no mês de janeiro,
18 pois desejam isso aos próximos técnicos administrativos que
19 construiram suas carreiras, estudaram e se prepararam para esses
20 cargos. Não havendo mais inscrições, o Vice-Reitor, prof. Décio
21 considerou o processo apreciado pelo Conselho de Administração. **II.**
22 **INFORMES.** 1) Prof. Décio informou que a UEL e a Secretaria de
23 Estado da Justiça, Família e Trabalho (Sejuf) oficializaram hoje a
24 operacionalização do termo de cooperação técnica, assinado no ano
25 passado, que irá garantir exames de DNA para comprovação de
26 paternidade, por meio do Laboratório de Estudos de Polimorfismo e de
27 Análise de DNA, do Centro de Ciências Biológicas. 2) O Prefeito do
28 campus, prof. Gilson Bergoc demonstrou através de multimídia, o
29 resultado do esforço realizado no período de pandemia, pelos servidores
30 da jardinagem para o controle do aedes aegypti. Houve o apoio muito
31 importante dos Diretores de Centros, de Órgãos Suplementares e de
32 Apoio. Agradeceu ao trabalho do prof João Zequi, que foi fundamental. O
33 campus, em sua maioria, está em uma situação bastante favorável,
34 resultado de uma comunidade unida, mas deixou um alerta para não
35 baixar a guarda, pois está entrando um período de chuva, temperatura
36 quente, com condições propícias para proliferação do mosquito. Dessa
37 forma, é preciso um trabalho de manutenção constante. O Conselheiro
38 Paulo Meletti alertou que as bolsas oferecidas aos bolsistas que auxiliam
39 nesse trabalho, que montam as armadilhas, fazem as contagens dos
40 ovos, e possibilitam a geração do índice de infestação, vencem agora em
41 dezembro, só retornam em março e o período que ficará descoberto é o

1 mais crucial. O Prof. Gilson esclareceu que estão estudando a
2 possibilidade de treinamento e inserção dos apenados nesse trabalho.
3 Prof. Paulo deu sequencia aos informes, elogiando os envolvidos no
4 funcionamento do Laboratório de Paternidade. Tem acompanhado
5 bastante de perto e inclusive ontem, postou o Edital de homologação das
6 inscrições para as duas bolsas de pós-doutoramento que darão suporte
7 ao Laboratório. Por fim, perguntou ao representante da Prorh se o
8 Governo do Estado não está autorizando as novas promoções e
9 progressões. Ely respondeu que o entendimento do Estado é que as
10 promoções e progressões que tem a ver com o tempo, estão paralisadas
11 porque o tempo foi congelado. Os docentes que terminaram o Mestrado
12 e Doutorado e as progressões do HU, estão saindo normalmente. Por
13 enquanto o Estado entende que para quem tem tempo, na Lei,
14 independente se é fato gerador ou não, não será concedido. A Prorh
15 encaminhou expediente à Procuradoria Jurídica, a fim de verificar se é
16 uma questão financeira ou de tempo e estão aguardando parecer. O
17 Conselheiro Leandro Altimari solicitou esclarecimento em decorrência da
18 retomada das aulas presenciais em janeiro. Haverá controle de
19 vacinação de alunos e servidores em relação ao acesso à Universidade
20 e em salas de aula? A UEL fez um levantamento acerca do quantitativo
21 de servidores que se vacinaram e foi feito um trabalho nesse sentido em
22 relação aos alunos? Prof. Décio esclareceu que preside o sub-grupo
23 sanitário e está muito claro que não é função do sub-grupo decidir se a
24 Universidade deve ou não instituir a obrigatoriedade da apresentação da
25 carteira de vacinação, isso deve ser debatido em reuniões dos Conselhos
26 de Administração e Universitário. Em relação ao nível de vacinação, 65%
27 da população já está vacinada. Sabemos que alguns resolveram não se
28 vacinar, mas a imensa maioria estará vacinada. Acredita que associando
29 esse nível de vacinação, uso de máscara e evitando aglomerações, o
30 risco de transmissão do vírus é extremamente reduzido. Impor a
31 obrigatoriedade da apresentação da carteira de vacinação ou impedir a
32 entrada de alunos, técnicos ou docentes por não estarem vacinados, o
33 sub-grupo sanitário não vai decidir sobre isso. A UEL está organizada
34 para o retorno. Já levantamos os estoques de álcool, máscaras para
35 emergências, serão distribuídos Kits aos alunos, serão impressos e
36 distribuídos cartazes nas salas de aula. Serão realizadas campanhas de
37 divulgação do plano de contingência, na tentativa de oferecer condições
38 mais próximas possíveis do ideal. O Conselheiro Silvano solicitou
39 esclarecimentos ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação em relação
40 a sua declaração na Folha de Londrina na data de ontem, do problema
41 da Capes, dos relatórios quadrienais. Citou um trecho da entrevista como

1 exemplo, “se tenho um Mestrado posso querer fazer um doutorado, mas
2 só posso fazer o doutorado se o meu mestrado evoluir , por exemplo, de
3 nota 3 para 4. Aqui na UEL, o Curso de Matemática poderia evoluir e abrir
4 um novo curso, a Física creio que não”. Prof. Silvano relatou que essa
5 declaração causou um certo mal estar, professores da Física vieram
6 procurá-lo. Prof. Amauri esclareceu que usou o termo “creio que não”,
7 porque não vai pedir, não vai fazer APCN, porque o questionamento era
8 sobre o APCN. A não ser que a Física queira fazer um novo curso
9 diferente do que já tem. Prof. Silvano deu sequencia a seus informes
10 dizendo que foi lançada segunda-feira a 19ª Campanha de Ação Solidária
11 para compra das cestas básicas e a programação de entrega é no dia 10
12 de dezembro de 2021. Pediu o apoio e a divulgação de todos. Informou
13 ainda que no segundo semestre de 2020, convidaram alguns
14 parlamentares para virem ao CCE para conhecerem as demandas do
15 Centro. Estiveram presentes os Deputados Tercício Turini, Luiza
16 Canziani e Felipe Barros. Foram apresentadas as demandas, como a
17 reforma do Bloco R, construção do museu da geologia, reforma da
18 biblioteca e a construção do Anfiteatro naquele espaço e do prédio da
19 bioquímica. Semana passada receberam ofício do Gabinete do Deputado
20 Felipe Barros, com uma emenda impositiva destinando R\$ 2 milhões para
21 começar estas reformas. Esse recurso não é suficiente para todas as
22 demandas, mas dá para começar resolver os problemas do Bloco R, que
23 é a troca do telhado e vai contar com o apoio da Proplan e da PCU. Foram
24 encaminhados ofícios aos deputados estaduais Thiago Amaral, Boca
25 Aberta Junior e Tercílio Turini, pois o Governo do Estado sempre cobra
26 da bancada federal, que venham recursos para o Paraná e se isso
27 acontecer os recursos farão bastante diferença. Nessa linha de
28 investimento de recursos, gostaria de perguntar em relação àquela verba
29 que o Governo do Estado ficou de repassar, para pagar RPV e
30 investimentos, por conta das contas bancárias e não houve até o
31 momento uma discussão a respeito disso. Gostaria de escarecimentos a
32 respeito desses recursos e também qual o encaminhamento que será
33 dado em relação aos prédios dos bancos que estão desocupados. Prof.
34 Décio informou que essa questão da Capes a administração elaborou
35 uma nota e será divulgada pela COM. Prof. Azenil informou que em
36 relação aos recursos negociados com a venda da folha de pagamento ao
37 Banco do Brasil, o Estado liberou no final de 2020, R\$12 milhões para
38 pagar RPV e no mês de setembro esse recurso já se esgotou. Temos o
39 recurso bloqueado de atividades e sequestro de mais R\$ 2 milhões. Foi
40 feita uma nova negociação com o Estado de R\$ 4 milhões em
41 suplementação para quitar esse deficit de RPV. A diferença de R\$ 25

1 milhões que era a negociação, o Estado acenou com R\$13 milhões e
2 isso é crédito da conta do tesouro. Este ano o Estado já tinha liberado R\$
3 9 milhões, mas as licitações, em função de embargos pelo Tribunal de
4 Contas estão sendo finalizadas em dezembro e outras em janeiro e
5 fevereiro estariam em condições de empenho. Já fizemos ofício, via
6 Proplan, pedindo a recomposição desse crédito de R\$ 13 milhões para o
7 ano de 2022. Conselheiro Silvano ressaltou que foi feita uma proposição
8 de uso na Proplan, no ano de 2020, encaminhado para o Governo do
9 Estado e que seria discutida a aplicação desse recurso, o que não
10 aconteceu. O Pró-Reitor de Planejamento prof. Mário Sérgio esclareceu
11 que a Universidade fez a contrapartida, abriu os Editais de licitações de
12 contrapartidas que precisou fazer. Silvano questionou que esse dinheiro
13 não tinha contrapartida e que os Diretores foram chamados para uma
14 reunião onde ficou explícita a urgência em encaminhar um documento
15 para o Estado e que seria discutido posteriormente pelo Conselho de
16 Administração. Conselheiro Aron Lopes Petrucci sugeriu que essa
17 questão fosse discutida em uma reunião específica e houve
18 concordância. O prof. Azenil esclareceu, em relação ao questionamento
19 dos prédios dos antigos bancos, que o Banco do Brasil vai utilizar o
20 espaço onde funcionava a Caixa Econômica Federal. O Conselheiro
21 Antonio Carlos Mariano dos Santos informou sobre os vários
22 questionamentos feitos a ele pelos servidores técnicos administrativos,
23 em relação ao dia da consciência negra. Para os docentes consta como
24 feriado e para os técnicos administrativos como recesso, em função de
25 horas extras para aqueles que foram em uma excepcionalidade e não no
26 seu plantão normal. Ely esclareceu que não participou da discussão do
27 calendário administrativo, mas acredita que essa questão está vinculada
28 ao calendário acadêmico. Aron ressaltou que é feriado apenas para os
29 alunos. Para os docentes e técnicos administrativos não, são dois
30 calendários diferentes. Foi sugerido e o Conselheiro Mariano acatou, em
31 protocolizar estas questões junto à Prorh, para maiores esclarecimentos.
32 A Conselheira Viviane Bagio Furtoso informou que o Centro apresentou
33 uma demanda à PRORH, com questionamentos sobre o pagamento de
34 substituição de pessoas que estão em cargos de coordenadores de pós-
35 graduação e estão aguardando inclusive com posicionamento da
36 Procuradoria Jurídica. Reforçou à Prorh que assim que possível seja
37 encaminhado um esclarecimento oficial. Prof^a Viviane informou ainda,
38 que o Projeto de Extensão: “Mulheres Construindo a Democracia”, junto
39 com Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística e o
40 CLCH, aderiram à Campanha Maria Bonita no Natal, porque a ANPOL ia
41 fazer um evento presencial na UEL , com mais de dois mil participantes,

1 mas não foi possível em função da pandemia. Estas bolsas foram doadas
 2 pela Associação e serão entregues a mulheres de rua com produtos de
 3 higiene e de beleza. A coleta de doações será até o dia 14 de dezembro,
 4 no CLCH. Ely informou que foi realizada uma consulta à Procuradoria
 5 Jurídica sobre essa questão de substituição aos coordenadores de
 6 Colegiados da Pós-graduação e de todos os demais que receberão a
 7 Gratificação de Representação Acadêmica – GRA e a informação é de
 8 que está em análise e provavelmente esta semana será encaminhado
 9 parecer a respeito do assunto. Nada mais havendo para tratar, o Vice-
 10 Reitor Prof. Décio Sabbatini Barbosa agradeceu a presença de todos e
 11 encerrou a reunião e eu, Deise Mary Garbelini Bergamin, Secretária
 12 Geral dos Órgãos Colegiados Superiores, lavrei esta ata, que após lida
 13 e aprovada, será assinada por mim e pelos membros do Conselho
 14 presentes na reunião.

15
 16 Sérgio Carlos de Carvalho
 17 Reitor

18
 19 Décio Sabbatini Barbosa
 20 Vice-Reitor

21
 22 Viviane Bagio Furtoso
 23 Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

24
 25 Paulo Cesar Meletti
 26 Diretor do Centro de Ciências Biológicas

27
 28 Silvano Cesar da Costa
 29 Diretor do Centro de Ciências Exatas

30
 31 Alan Salvany Felinto
 32 Vice-Diretor do Centro de Ciências Exatas

33
 34 Tânia Lobo Muniz
 35 Diretora do Centro de Estudos Sociais Aplicados

36
 37 Ailton José Petris
 38 Diretor do Centro de Ciências da Saúde

39
 40 Rogério Zanetti Gomes
 41 Vice-Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

42
 43 Patrícia Mendes Pereira
 44 Diretora do Centro de Ciências Agrárias

45
 46 Aron Lopes Petrucci
 47 Diretor do Centro de Tecnologia e Urbanismo

1		
2	Leandro Altimari	_____
3	Diretor do Centro de Educação Física e Esportes	
4		
5	Antonio Carlos Mariano dos Santos	_____
6	Representante titular dos servidores técnicos administrativos	
7		
8	Davi Miranda	_____
9	Representante dos servidores técnicos administrativos	
10		
11	Amauri Alfieri	_____
12	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	
13		
14	Azenil Staviski	_____
15	Pró-Reitor de Administração e Finanças	
16		
17	Ely Ferreira de Siqueira	_____
18	Pró-Reitor de Recursos Humanos em exercício	
19		
20	Mara Solange Gomes Dellarozza	_____
21	Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade	
22		
23	Marta Favaro	_____
24	Pró-Reitora de Graduação	
25		
26	Mário Sérgio Mantovani	_____
27	Pró-Reitor de Planejamento	
28		
29		
30		
31	<u>CONVIDADOS</u>	
32		
33	Edmarlon Giroto	_____
34	Diretor da Farmácia Escola	
35		
36	Betty Elmer Finatti	_____
37	Diretora do SEBEC	
38		
39	Vvian Biazon	_____
40	Diretora do Hospital Universitário	
41		
42	Gilson Bergoc	_____
43	Prefeito do Campus	